

A LUTA AGORA É NO SENADO

ATO DE INTELLECTUAIS EM BRASÍLIA

Realizamos mais uma batalha de nossa luta contra a “reforma” da (im) Previdência do governo Lula, no dia 23 de setembro passado.

Sob a lona de um circo, armada diante do Senado Federal, aconteceu um Ato Público com a presença dos intelectuais Francisco de Oliveira, Lilian Costallat, Ivo Loyola, Plínio de Arruda Sampaio Jr., Wilson Cano e Plínio de Arruda Sampaio. Os professores Aziz Ab’Saber e Ricardo Antunes, impossibilitados de comparecer pessoalmente, enviaram textos que foram lidos na ocasião.

Centenas de representantes de vários sindicatos do funcionalismo público das esferas federal, estadual e municipal, presentes ao Ato, ouviram as curtas falas de dirigentes de dez entidades – ANDES-SN, ASSIBGE-SN, CONDEFESF, CONDESEF, FASUBRA, FENAJUF, FENASPS, FENAFISP, UNAFISCO-SINDICAL E FINASEF – que precederam os discursos de nossos convidados especiais. Os deputados chamados “radicais do PT” – Babá, Luciana Genro e João Fontes –, também presentes ao Ato, falaram depois. A Revista da ADunicamp – *Reforma da Previdência Ato II A Luta agora é no Senado* – teve seu lançamento com uma fala da presidente da ADunicamp, fechando o Ato e mais esta etapa da luta.

A voz dos intelectuais presentes se fez ouvir, mais uma vez, denunciando a farsa que se montou nos argumentos sobre o *déficit* da Previdência e na “discussão” dos “benefícios” da “reforma da imprevidência”; denunciando a destruição do conceito da Seguridade Social e o desmantelamento do Estado por este ornitorrinco a que o governo brasileiro se refere como Reforma da Previdência. Os perigos que se colocam com a aprovação deste arremedo de Reforma para um Serviço Público de qualidade, para a Saúde e Educação Públicas foram exaustivamente apontados. Neste sentido, a fala da Dra. Lilian Costallat, diretora da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, apontando as conseqüências que esta “reforma” trará para os serviços de saúde voltados para o atendimento da população mais carente e para a formação de médicos qualificados foi atentamente ouvida e calorosamente



Roberto Munhoz/Adunicamp

samente aplaudida pelas centenas de presentes. A conclamação à continuidade da luta foi tônica nos discursos que se fizeram ouvir. Foi apontado o papel histórico daqueles que, neste momento, se fazem presentes nestas batalhas, mesmo se derrotados num primeiro momento, o que deu ânimo novo para a continuidade do movimento que se opõe

à transformação do Brasil em nova colônia.

Como bem lembrou Plínio de Arruda Sampaio, citando um conhecido “filósofo” do mundo futebolístico “**o jogo só termina quando acaba**”, e o nosso jogo ainda não terminou porque ainda não acabou a votação da “reforma” no Senado Federal. E o jogo não acabará, ainda, após os dois turnos de votação. Contra injustiças se luta também na Justiça e, caso falhe esta, nas ruas e nas urnas.

Em tempo: este Ato estava programado para acontecer em um dos auditórios do Senado Federal, com a concordância de Sarney e Paulo Paim. Mas, como funcionário público virou “bagunceiro” aos olhos do governo federal, o Senador Romeu Tuma, como primeiro secretário da Mesa do Senado, acatou requerimento impedindo sua realização naquela que é chamada “a casa do povo”.

A negativa de empréstimo do auditório não impediu, no entanto, a realização de um concorrido Ato mesmo sob o calor escaldante e a secura (também metafórica) do ar brasiliense. Como bem lembrou um dos funcionários presentes, foi bom, porque evitamos o ar poluído e corrupto e fizemos o nosso Ato ao ar livre e puro.

A ADunicamp, que vem participando desta luta desde seu momento inicial, lutando intransigentemente por princípios em que acreditamos, recusando-se a se deixar partidizar e a ficar esperando, de braços cruzados, que este governo eleito em nome de trabalhadores acabe por entregar o país ao capital financeiro internacional, orgulha-se de ter contribuído com a realização deste Ato; 45 pessoas – professores e técnico-administrativos – da Unicamp participaram deste Ato.

O vídeo do Ato de Brasília está disponível, para empréstimo, em nossa sede.

ALGUMAS FALAS MARCANTES

A virtude não precisa fazer agora o contrário: homenagear o vício. Vamos dizer do que se trata. Trata-se de negócios. O Senado está obrigado pelo seu caráter republicano a repudiar os negócios que vão ser feitos em nome da reforma da Previdência.

Francisco de Oliveira

Falam em fundo de pensão público (...) isto não é permitido. O artigo 193, que não foi modificado, diz que todos os fundos de pensão são privados.

Ivo Loyola

Nosso temor é o de que a Universidade Pública, na área da Saúde e, evidentemente, em outras áreas, seja esvaziada aos poucos. Pois o mercado, principalmente na área da Saúde, lá fora, é atraente e a carreira na universidade já não o é mais. Como vamos repor o corpo docente com essa experiência acumulada? Como vamos atrair jovens cérebros num cenário como este?

Lílian Costallat

A “reforma” da Previdência é um grande negócio, travestido de racionalização. Qual é o efeito deste negócio? Para o funcionário público, a imprevidência. Para o povo brasileiro, a deterioração dos serviços públicos, o desemprego. (...) Para a sociedade brasileira, a “reforma” da Previdência é a desorganização do Estado, é a violação da Lei.

Plínio de Arruda Sampaio Jr.

A previdenciária é a sexta reforma deste pacote neoliberal e ela tem uma série de objetivos. Tem, também, o objetivo de baratear o custo do trabalho, sim. Mas tem o objetivo, na verdade, de retirar do orçamento público uma parcela importante do gasto público para que isto crie um espaço novo para a entrada de um senhor muito conhecido de nós todos, que são os escorchantes juros pagos ao capital financeiro nacional e internacional. É disto que se trata em última instância. (...) aos bancos, evidentemente, não interessam o benefício da nação, o benefício do povo ou o choro da viúva. Aos bancos o que interessa, evidentemente, é que o Estado tenha permanentemente uma crescente liquidez para saldar os juros da dívida pública.

Wilson Cano

Eu queria, realmente, dar a vocês (...) os meus cumprimentos porque estão cumprindo uma tarefa histórica: a tarefa de não aceitar facilmente a derrota. Perdeu na Câmara? Tem espaço no Senado? Vamos lutar no Senado. Perdeu no Senado? Vamos disputar na rua. É extremamente importante isto, nesta hora, pois criou-se em nosso país a idéia de que estamos diante do inevitável. Ninguém concorda com o que acontece, só que é inevitável. Mas isto é uma grande desculpa. Está ruim, está errado, mas não tem jeito? Não, senhor! Se está ruim, se está errado, tem que haver um jeito! E para que haja um outro jeito é preciso que algumas pessoas se disponham a abrir a picada. E quem abre a picada tem mais dificuldade. Então, o fato de que um pequeno grupo ainda continua lutando é testemunho importantíssimo nesta hora da vida pública de nosso país!

Plínio de Arruda Sampaio

Senhores Senadores. O momento é extremamente grave em relação ao destino dos professores, pesquisadores, planejadores e funcionários públicos, devido ao direcionamento que vem sendo dado às mudanças do atual sistema previdenciário brasileiro. Por pressões externas e internas intenta-se quebrar direitos vitais para pessoas que têm dado o seu tempo e suas experiências para volumosas e sucessivas gerações de jovens brasileiros. Diga-se de passagem que, professores e funcionários públicos constituem, em sua esmagadora maioria, os únicos cidadãos que pagam seus impostos em folha de pagamento, jamais tendo a possibilidade de enviar dinheiro para Miami, Nova York, Jersey, Genebra ou Caiman. Os direitos adquiridos, por tradição e reconhecimento, continuam sendo um dos pilares fundamentais da Democracia e do Estado Laico.

Aziz Ab´Saber

(...) é muito importante afirmar que lutar contra a reforma da previdência não é uma ação corporativista. Desmontar a sua dimensão pública (res publica) do estado, desmontar a educação, a previdência, a saúde, a escola e a universidade pública afeta diretamente a população assalariada pobre que não pode pagar pelos serviços privatizados. Por isso lutam hoje também os trabalhadores na França, na Áustria, na Espanha, na Itália, em todas partes onde políticas controladas pelo FMI estão sendo impostas e querem destruir os serviços públicos.

Ricardo Antunes

A REUNIÃO DE CANCUN E O NACIONALISMO DE FAZENDEIRO

Armando Boito Jr.

Acabo de receber mensagem, que está sendo amplamente divulgada na *internet* pela Secretaria de Comunicações do Palácio do Planalto, na qual se diz que o Brasil “ergueu a cabeça” na Reunião Ministerial da OMC em Cancún.

Num passe de mágica, o Secretário de Comunicação Luís Gushiken pretende transformar o governo Lula em um governo “nacionalista” ou “antiimperialista” - evidentemente sem usar essa expressão que está vetada pelo mago Duda Mendonça. Juntamente com Gushiken, muitos já começam a aplaudir a “grande iniciativa” do governo Lula na área do comércio internacional. Vamos com calma. Na verdade, Lula está, em mais esse aspecto, simplesmente dando continuidade à política de FHC.

I

Fernando Henrique Cardoso iniciou os contatos sul-sul sempre com o objetivo de pressionar os países imperialistas para que eles suspendessem o subsídio à agricultura deles e as tarifas e barreiras não-tarifárias que impuseram aos produtos agrícolas dos países periféricos. A novidade introduzida pelo governo Lula diz respeito aos métodos de luta – ele articulou uma aliança dos exportadores de grão, o G22 – mas o conteúdo da política continua o mesmo. Se essa política nunca foi considerada pela esquerda uma política nacional ou antiimperialista, por que deveria sê-lo agora?

Alguns Estados do G22 possuem uma política externa autônoma, mas não é o caso do Brasil. A continuidade com a política de comércio exterior de FHC é integral. A defesa das exportações agrícolas vem acompanhada, tal e qual na “era FHC”, da desistência de lutar pelo desenvolvimento econômico nas áreas de alta tecnologia, pelo controle dos investimentos estrangeiros e por tudo o mais que, de fato, poderia libertar a nossa economia do imperialismo. É por isso que, na mesma conferência de Cancún, o Governo Lula aceitou os “temas de Cingapura”, que exigiam mais abertura econômica dos países da periferia aos investimentos estrangeiros, traíndo os interesses da economia nacional e dos países demais países periféricos. Vejam o que diz sobre isso a nota do Planalto:

“A reunião da OMC, que contou com a participação dos 146 países membros da organização, terminou sem nenhum acordo sobre a questão agrícola, pois as negociações foram suspensas quando alguns participantes não entraram em consenso sobre os chamados “Temas de Cingapura” (facilitação de comércio, investimentos, política de concorrência e transparência em compras governamentais).”

Como a nota indica, e como a imprensa noticiou amplamente, o Governo Lula já tinha anunciado que aceitaria as exigências dos países centrais nos pontos relacionados aos “temas de Cingapura”. A Secretaria de Comunicação fala, no trecho citado, em “transparência nas compras governamentais”, esse é o eufemismo liberal e pudico para a entrega das encomendas governamentais às empresas imperialistas. Foi a rebelião da Malásia, Indonésia, Índia e outros países contra os “temas de Cingapura” que melou a reunião de Cancún, como foi noticiado na imprensa e como a nota do Governo Lula reconhece.

Resumo da ópera: o governo Lula aceita a atual divisão internacional do trabalho, mas quer todas as oportunidades para lucrar o máximo possível no papel de exportador de produtos primários que tal divisão reserva ao Brasil. Essa posição vem acompanhada de um discurso livre-cambista ingênuo e entreguista que pode acabar de liquidar com a economia brasileira. Observem o que disse o Presidente Lula sobre a posição brasileira em Cancún:

“Vejam que nós, em nenhum momento, estamos pedindo qualquer benefício de privilégio ou estamos pedindo qualquer favor. O que nós estamos pedindo é que os países desenvolvidos façam uma política de comércio exterior em que sejamos tratados em igualdade. Nós queremos apenas a oportunidade de competir livremente”.

O governo Lula quer “competir livremente” com a economia estadunidense! Ora, nesse caso, o caminho é assinar logo o acordo da Alça, que é justamente disso que a proposta estadunidense trata: competição livre num mercado livre.

II

Alguns poderão imaginar que, a despeito de reivindicar vantagens que reafirmam a atual divisão internacional do trabalho, o governo Lula está se confrontando com as empresas e o governo estadunidense. A imprensa brasileira tem passado essa impressão, tratando os Estados Unidos como um bloco homogêneo dotado de um interesse único. Ocorre que a realidade é mais complexa. Sem dúvida, a política de Lula em Cancun colide com os interesses dos produtores rurais estadunidenses, com os do comércio de produtos agrícola daquele país e com um setor do Estado estadunidense que entende ser importante uma política de autonomia agrícola por razões de segurança nacional. Esses interesses convergentes levaram à lei agrícola protecionista editada naquele país em 2002. Porém, o setor mais reacionário da burguesia estadunidense, o grande capital financeiro, não parece apoiar a política protecionista, ao menos na sua forma e no seu radicalis-

mo atuais. O capital financeiro quer que o Brasil obtenha divisas para continuar pagando, em moeda forte, os juros da dívida, e para continuar permitindo que os ativos do capital financeiro imperialista investidos no Brasil possam se transformar, sem sustos, em dólares a serem repatriados. Para decepção dos novos nacionalistas, cito, em apoio a esta tese, o *The Wall Street Journal*, que na sua edição de 18 de setembro, aplaudiu, em editorial, a pressão do governo Lula contra os subsídios agrícolas que “desnaturam o livre comércio”. Se os editorialistas do *The Wall Street Journal* tivessem presenciado o discurso livre-cambista do presidente Lula, teriam mais motivos ainda para jubilo.

Vamos esclarecer as coisas. Sem dúvida, é correto denunciar o protecionismo agrícola dos países centrais, para mostrar que eles pregam para os outros aquilo que não fazem para si. É educativo mostrar a hipocrisia imperialista. Só para os países da periferia são obrigatórios a abertura econômica e o ajuste fiscal, e isso precisa ser denunciado. Porém, passar da denúncia para a reivindicação de que se aplique integralmente o liberalismo para todos é rematada tolice. Isso aí poderia ser chamado de nacional-liberalismo: pressionar os países centrais para a abertura geral do comércio mesmo onde esses países não desejam abrir. O resultado desse nacional-liberalismo seria a conversão completa do Brasil numa enorme fazenda de soja.

III

É esse o projeto nacional do Governo Lula?

Alguns poderão esperar que o G22 amplie seu temário, passando a tratar não só de agricultura, e mude a sua perspectiva, pressionando por um tratamento diferenciado entre o centro e a periferia e não pela fórmula entreguista da “competição livre”. Mas, se essa mudança ocorrer, será outra política e outra história muito diferente.

Se chegarmos a uma política semelhante à da Índia, que procura ativamente furar a divisão internacional do trabalho nas áreas de energia, de informática e outras, valerá a pena discutir se tal nacionalismo é digno de apoio. Porém, sequer num caso avançado como o caso da Índia a esquerda pode oferecer apoio sem a contrapartida de uma real melhoria nas condições de vida dos trabalhadores – coisa que, aliás, não está acontecendo com os trabalhadores indianos.

Mas, tudo isso é uma outra história. A ação do governo Lula em Cancun foi pura e simplesmente um nacionalismo de fazendeiro.

Armando Boito é professor do IFCH/Unicamp.

A ADUNICAMP NO SENADO

Na tarde do dia 23, membros da diretoria da ADunicamp foram ao Senado Federal com o objetivo de falar com senadores ou seus assessores e entregar-lhes o novo número de nossa revista, uma tarefa que, de início, nos parecia impossível dado todo o aparato de segurança montado para impedir “a ação desses baderneiros”.

No entanto, conseguimos entregar, em mãos, um exemplar ao Senador Eduardo Suplicy – que, no momento em que chegamos, estava dando uma entrevista a uma rede de televisão.

Após algumas visitas a gabinetes de senadores, conseguimos, fazendo-nos passar por turistas do interior de São Paulo em visita à Brasília, entrar nas galerias do Plená-

rio. Fomos informadas pelo porteiro atento de que só se podia entrar agora com senhas de líderes partidários, em número limitado, para evitar “badernas” por causa da votação das reformas. Mas, como se tratavam de três senhas turistas, foi-nos permitido entrar “para ficar de pé num cantinho e ver um pouquinho da sessão” em que, aliás, se aprovava o Estatuto dos Idosos – essa ironia governamental que contradiz o tratamento a ser dado aos aposentados na “reforma” da Previdência... A Senadora Heloisa Helena, contatada via celular em pleno plenário, encarregou-se, então, de distribuir nossa revista aos Senadores (não muitos) presentes naquela sessão, todos eles fazendo belos discursos reverenciando a memória de dona Risoleta Neves e suas mãezinhas...

FIQUE ATENTO PARA A PRÓXIMA BATALHA: A MARCHA DE BRASÍLIA

Esta Marcha acontecerá ainda na primeira quinzena de outubro, assim que for marcada a votação da “reforma” da Previdência, em primeiro turno, no Senado Federal. Informaremos proximamente.

Lembramos que a Assembléia Geral de 27/8 decidiu pela paralisação nos dias de votação no Senado Federal.

Participe da luta contra a “reforma” da (im)Previdência!